

BADIR, S.; POLIS, S.; PROVENZANO, F. Benveniste seria hoje um linguista da enunciação?
Tradução de Silvana Silva. *ReVEL*, vol. 18, n. 34, 2020. [www.revel.inf.br]

BENVENISTE SERIA HOJE UM LINGUISTA DA ENUNCIÇÃO?

Would Benveniste be an enunciation linguist today?

Sémir Badirⁱ
Stéphane Polisⁱⁱ
François Provenzanoⁱⁱⁱ

semir.badir@ulg.ac.be
s.polis@ulg.ac.be
francois.provenzano@ulg.ac.be

RESUMO: Esta tradução^v tem como objetivo oferecer ao leitor brasileiro um texto que problematiza o conceito de “enunciação” em sua dupla relação com o pensamento de Émile Benveniste e com o pensamento de linguistas contemporâneos. Trata-se de uma avaliação retrospectiva que leva em conta os cinquenta anos de difusão do pensamento do linguista. Badir e coautores debruçam-se sobre o desgaste que a terminologia benvenistiana sofreu nesse período. Considerando o pequeno número de traduções em língua portuguesa de textos sobre epistemologia da linguística, acreditamos que este trabalho colabore para difundir a construção da história das ideias linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Enunciação; Benveniste; História das ideias linguísticas.

INTRODUÇÃO

ⁱ Sémir BADIR – Doctorat en Philosophie et Lettres (1998), Université de Liège, Belgique. Licencié en Arts et Sciences de la Communication (1992) Université de Liège, Belgique. Maître de recherches du Fonds national belge de la recherche scientifique (F.N.R.S.) au laboratoire Sciences du langage et Rhétorique de l’Université de Liège. Liège, Belgique.

ⁱⁱ Stéphane POLIS - Doctorat en Langues et Lettres (2009), Université de Liège, Belgique. Maître de conférences à Université de Liège, Belgique. Liège, Belgique.

ⁱⁱⁱ François PROVENZANO – Doctorat en Langues et Lettres (2008), Université de Liège. D.E.A. en langues et littératures romanes (2004) et Licence en langues et littératures romanes (2003), Université de Liège. Chargé de recherches du Fonds national belge de la recherche scientifique (F.N.R.S.). Liège, Belgique.

^v N. do T.: A tradução deste artigo foi previamente autorizada pelos autores. Agradecemos imensamente a gentileza pelas autorizações para que pudéssemos traduzir e publicar o artigo abaixo referenciado: BADIR, Sémir; POLIS, Stéphane; PROVENZANO, François. Benveniste serait-il aujourd’hui un linguiste de l’énonciation ?, *Les Théories de l’énonciation : Benveniste après un demi-siècle*, actes du colloque des 24-25 novembre 2011, Dufaye L. & Gournay L. (éds). Champs-sur-Marne, França: *Arts et Savoirs*, 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/aes/492> Acesso : julho 2018.

Que relação pode ser estabelecida entre o pensamento de Benveniste e o que, em seu nome, ou mais ou menos em seu nome, foi escrito e considerado como pertencente à “teoria da enunciação”? Em termos mais ingênuos, e também mais artificiais: Benveniste seria hoje um linguista da enunciação? A resposta esperada é: evidentemente que não. Mas o que nos interessa apontar com essa pergunta é o espaço de inteligibilidade que ela supõe. Se Benveniste não poderia ser um linguista da enunciação, isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que a linguística pôde evoluir em função de seu pensamento e singularmente a partir do que, em seus escritos, concerne à enunciação.

Tomemos como ponto de partida o excelente argumento que Lionel Dufaye et Lucie Gournay¹ propuseram, para reflexão, no colóquio “*Les théories de l'énonciation: Benveniste après un demi-siècle*”. Desse argumento retemos três proposições principais. Em primeiro lugar, é proposta uma “discussão e uma confrontação de pontos de vista sobre a enunciação”. Em segundo lugar, insiste-se sobre a dimensão coletiva do projeto visando à enunciação, a despeito da diversidade de suas abordagens. Enfim, em terceiro lugar, ancora-se essa dimensão coletiva sobre o “fundo comum herdado do pensamento de Benveniste”.

Devemos observar que não há nada que pretendamos acrescentar a essas proposições. Procuramos simplesmente destacar alguns dos pressupostos que elas veiculam. Que se possa não somente discutir, mas também confrontar pontos de vista sobre o tema da enunciação, tem como pressuposto que o objeto da discussão seja considerado dentro de uma certa historicidade. Os pontos de vista são forjados anteriormente à circunstância social que os reúne. É mais do que provável que tenha havido tempo suficiente para se tornarem conhecidos, e sua confrontação – tão amigável quanto possa ser – supõe que encontrem uma forma social de representação. Os pontos de vista sobre a enunciação demandam ser confrontados, porque engajam todos: não somente aqueles que os construíram, mas, com eles, conforme esperado, uma coletividade de pesquisadores que aí se reconhece. O objeto da discussão é determinado da mesma forma. A enunciação não é equiparável a um fato que solicita ser interpretado. O que é interpelado em uma confrontação de pontos de vista é tomado como objeto histórico e social, como tantos outros que existem, e em uma grande variedade. O amor, por exemplo, pode ser, e é, felizmente,

¹ Lionel Dufaye et Lucie Gournay, Trabalho apresentado no Colóquio « *Les théories de l'énonciation : Benveniste cinquante ans après* ». <https://journals.openedition.org/aes/492>

algo bem diferente de um objeto histórico e social, mas quando se procura confrontar pontos de vista – religiosos, filosóficos, eruditos – sobre o amor, aí sobressai uma historicidade da qual se fazem conhecer posições sociais. Entretanto, o amor e a enunciação não ocupam ainda, para nós, lugares completamente similares. Não se exigiria necessariamente do amor, em um colóquio, em que se discutisse e confrontasse sobre o assunto *amor*, que ele se tornasse um projeto coletivo. De fato, não é porque um objeto é construído como objeto social, modelado pela troca de diferentes pontos de vista, que ele tem uma finalidade social. Ao contrário, é justamente para preservar a dimensão comunitária das questões e dos desafios que se elaboram em torno da enunciação que se é convidado a tomar a palavra nos colóquios. É por essa razão, para dizer o mínimo, que imputamos à enunciação o poder de abarcar tal questão. A enunciação não somente é carregada de historicidade e de socialidade, mas tem aí mesmo a função que lhe é, de agora em diante, própria; em suma, o valor comunitário tornou-se seu horizonte. Tal é também o caso, por exemplo, da democracia. A democracia é fundada por sua historicidade na medida em que pontos de vista, cujo valor representativo é admitido, puderam ser confrontados; mas, além disso, a discussão e a confrontação de pontos de vista reputados como democráticos têm por objetivo construir a democracia como um projeto coletivo para aqueles que, de uma maneira ou outra, aderem a um ou outro ponto de vista. A esse respeito, democracia e enunciação têm visadas mais próximas que aquela do amor, mesmo quando este é considerado como um objeto histórico e social. Falta ressaltar somente uma última característica, que nos obrigará a distinguir ainda o uso do termo *enunciação* daquele de *democracia*. O projeto coletivo da democracia não se ancora no pensamento de um único homem. É possível que um ponto de vista particular sobre a democracia, por exemplo, o de um filósofo, dê conta da herança deixada pela Grécia antiga, mas a finalidade social que se liga aos debates sobre a democracia não encontra sua justificativa nessa herança. Ao contrário, se há um projeto coletivo a ser defendido sobre enunciação é em razão da herança, admitida por todos, que constitui acerca dela o pensamento de Benveniste. A dispersão das teorias da enunciação parece poder ser atenuada, ao menos de forma opcional, pelo “fundo comum” sobre o qual elas repousam.

Mais uma vez, queremos assegurar ao leitor que não há nada, nessas proposições, que nos pareça legítimo. Vale a pena, todavia, debruçar-se sobre o que as motiva. Afinal, elas propõem pressupostos que são aqueles da enunciação no

pensamento de Benveniste: a enunciação é uma historicidade; a enunciação é empregada para fins de comunicação social, como prece e como fórmula litúrgica; ela tem como fundo comum um intentado que a ancora na realidade do discurso. É, portanto, a um exercício de reflexividade que o presente ensaio convida.

Observamos, todavia, à guisa de preliminar problematizante, que o pensamento de Benveniste em si não considera a enunciação como detentora de alguma consistência histórica. O fato de ela evoluir no curso de seu pensamento e de oferecer diversos empregos² não pressupõe, para tanto, que a história seja inerente à concepção que Benveniste dela faz. Ao contrário, a discrepância das mudanças pela qual ela passa deixa perceber, em seu lugar, um sentido que é sempre renovado. A enunciação também não tem, em Benveniste, finalidade social. Ela não se oferece como um programa disciplinar, talvez nem mesmo encete um projeto teórico. Enfim, não parece que tenha havido, para Benveniste, uma herança ou um fundo comum a partir do qual ele trabalhou sobre a enunciação³.

Aqueles que se apresentam como os continuadores de Benveniste operam, portanto, de forma totalmente diferente de como ele o fez. Benveniste não poderia ser um linguista da enunciação, mas é claro que não devido ao fato de que entraria em desacordo profundo com o que foi dito a partir dele, mas sim porque o pensamento que lhe pertence não repousa de maneira alguma sobre pressupostos de historicidade, de finalidade social e de comunidade original que são, não sem legitimidade, os nossos, hoje em dia, nos estudos dedicados à enunciação. Trata-se, agora, de construir um espaço de inteligibilidade para essa reflexividade crítica⁴.

² Veja-se Claudine Normand « Les termes de l'énonciation de Benveniste », *Histoire Épistémologie Langage*, 8/2, 1986, p. 191-206.

³ Um trabalho como o de Aya Ono (em *La notion d'énonciation chez Benveniste*, Limoges, Editions Lambert Lucas, 2007) consiste precisamente em reconstituir essa herança, o que mostra bem que ela não é nada fácil no próprio Benveniste. Voltaremos a esse ponto.

⁴ A abordagem que propomos reagrupa certas orientações traçadas por Henri Meschonnic quando ele escreve: “há assim um conjunto de figuras, ou de posturas, da herança e da crítica, da qual o interesse atual e permanente é de impor à crítica da crítica, para obter novamente uma unicidade que, sem dúvida, não pode ser mais a de Benveniste, mas ao mesmo tempo permanece sendo a tarefa da teoria da linguagem, da teoria do sujeito, da poética.” (Henri Meschonnic, « Seul comme Benveniste ou comment la critique manque de style », *Langages*, nº29, 1995, p. 32). Ela se articula igualmente sobre o trabalho conduzido por Simone Delasalle, que, por sua vez, tem esclarecido as etapas terminológicas anteriores a Benveniste; seu artigo tenta “organizar (...) algumas etapas semânticas da palavra *enunciação*, até o momento onde ela se torna, face ao estruturalismo e à filosofia da linguagem analítica, uma das palavras-chave da linguística francesa.” (S. Delesalle, « Introduction: Histoire du mot énonciation », *Histoire Épistémologie Langage*, 8/2, 1986, p. 9).

1. O TERMO. POR UMA HISTÓRIA EPISTEMOLÓGICA DA LINGUÍSTICA

Retomemos, para começar, a noção de herança. De quem a herdamos exatamente? E do que se trata, uma herança? Em 2007, Aya Ono publicou uma obra com o título “*La notion d’énonciation chez Benveniste*”. Um estudo com esse título é de muito valor – é a assinatura no posfácio, de Claudine Normand, que o diz, com toda a autoridade que ela possui nessa matéria. Mas esse título é por si só bem delicado. A enunciação é uma noção em Benveniste? Se a enunciação fosse uma noção, seria possível fazer o estudo a partir de outros pensadores, todos muito bem. Não se saberia nem mesmo dizer se Benveniste tenha disso muito se ocupado. A menos que se considere que, sob essa noção, se reúna todo um painel do pensamento de Benveniste. Mas constata-se que essa não é uma opção que é considerada por Aya Ono, para quem a noção de enunciação é distinta, por exemplo, embora vizinha, da noção de instância de discurso. Não é, portanto, uma noção que Benveniste nos deixa de herança. O que mais, então? Uma palavra? Seria dizer muito, pois a palavra existe antes de Benveniste e circula há muito tempo entre os linguistas⁵. Um conceito? Nesse caso, isso seria muito a se esperar, pois a enunciação em Benveniste carece da estabilidade de uso que esperaríamos de um conceito. Para retomar à obra de Ono, destaquemos o título dado ao primeiro capítulo: “A palavra e a noção”. É exatamente disso que se trata, de fato. Um problema permanece, entretanto, uma vez que a palavra e a noção são dissociáveis. Não há um meio de designar o estado que as mantém confundidas? Parece-nos que esse meio existe, e é precisamente em Benveniste que encontramos os desenvolvimentos mais instrutivos. Fazemos alusão aqui a uma série de artigos que Benveniste dedica ao estudo de termos: “Estrutura em linguística” (1962), “Difusão de um termo de cultura: *orarium*” (1969) e, sobretudo, “Gênese do termo ‘científico’” (1969)⁶. De fato, a enunciação é, antes de tudo, um termo, e é como tal que nós o herdamos de Benveniste.

A primeira página de “Gênese do termo ‘científico’” mereceria ser citada *in extenso*, tão perfeitamente ela delinea o gesto crítico que almejamos. Fazemos nela, de qualquer forma, um recorte:

⁵ Sobre esse assunto só podemos remeter a Delesalle « Introduction : Histoire du mot énonciation », *op. cit.*

⁶ Retomado em *Problèmes de linguistique générale* d’Émile Benveniste (Paris, Gallimard, Tome 1, 1966, Tome 2, 1974), respectivamente: Tome 1, p. 91-98 ; Tome 2, p. 241-246 ; p. 247-253.

A constituição de uma terminologia própria marca em toda ciência o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, e por isso ela assinala um momento decisivo de sua história. Seria possível mesmo dizer que a história própria de uma ciência se resume naquela de seus termos próprios. Uma ciência só começa a existir, ou só pode se impor, na medida em que ela faz existir e impõe seus conceitos na sua denominação (...).

Todos os trajetos do pensamento são derivados desses termos que retraçam progressos decisivos e que, incorporados à ciência, aí suscitam, por sua vez, novos conceitos. É que, sendo por natureza invenções, eles estimulam a inventividade. A história da ciência ainda não coloca essas criações em seu justo lugar, que passam a interessar somente aos lexicógrafos. (Benveniste, 1974, p. 247)

Encontra-se nessa passagem tudo o que temos destacado nas proposições da lista de argumentos de Dufaye & Gournay. Primeiramente, o termo não é somente tomado na história de uma ciência, mas também assinala um momento decisivo dentro dela. Ele é um marcador de historicidade, ao ponto de ser possível conceber a história de uma ciência a partir dele⁷. Em seguida, o termo é tomado dentro de uma prática que consiste em fazê-lo existir e se impor. A ele é legado esse papel de reconhecimento, não somente dentro de uma coletividade restrita, mas também fora dela, em uma coletividade não fechada, social. Dito de outra forma, o termo é um meio de afirmação e de assunção de uma disciplina; é aí que encontramos sua finalidade social. Enfim, o termo é uma invenção; ele tem, portanto, um inventor e permite traçar um percurso, o qual é considerado, de forma ideal, um progresso.

Amor não é um termo; é uma noção. *Democracia* igualmente não é um termo. É, no máximo, um conceito. Mas *enunciação* é, de fato, para uma comunidade de linguistas, um termo que identifica e promove, a partir de Benveniste, uma corrente disciplinar nas ciências da linguagem. Quando Aya Ono estuda a noção de enunciação em Benveniste, ela o faz a partir desse olhar retrospectivo que dá ao termo todo o seu valor. O que ela estuda, de fato, e com uma atenção admirável, é a gênese desse termo.

⁷ Pela importância de uma abordagem terminológica, ver o Projeto do *Dictionnaire de la terminologie linguistique* (Colombat et al.). Colombat destaca, além disso, que “acessamos o conceito pelo termo” (“« Quels termes latins retenir comme entrées pour un Dictionnaire de la terminologie linguistique », in Bernard Colombat & Marie Savelli (dir.), *Métalangages et terminologie linguistique: actes du colloque international de Grenoble* (Université Stendhal – Grenoble III, 14-16 mai 1998), Louvain, Éditions Peeters, p. 294). Veremos igualmente que Béguelin e Berrendonner propõem uma abordagem da “circulação” e da “deriva de termos” ao insistir sobre “as dimensões pragmáticas da operação que consiste a reempregar um termo ao transformer seu conteúdo. (...) as estratégias discursivas nas quais ela se insere, e os objetivos que ela visa” (Marie-José Béguelin & Alain Berrendonner, « Circulation des termes et dérive terminologique », dans Bernard Colombat & Marie Savelli (dir.), *Métalangages et terminologie linguistique : actes du colloque international de Grenoble* (Université Stendhal – Grenoble III, 14-16 mai 1998), Louvain, Éditions Peeters, 2001, p. 29).

Eis a nossa posição: trata-se para nós de intervir no campo da história e da epistemologia da linguística, levando a sério o apelo de Benveniste de fazer do estudo dos termos um ponto chave para a compreensão de uma ciência, segundo a sua prática discursiva. E nós o faremos, tomando como estudo de caso o termo *enunciação*. Veremos que, além disso, ao selecionarmos o termo *enunciação*, iniciamos um projeto de pesquisa lá onde o gesto crítico pode dar um retorno imediato, pois a hipótese que formularemos no fim do percurso é a de que, sem dúvida, um dos efeitos mais significativos do uso do termo *enunciação* em linguística, é, com Benveniste, o de forçar a linguística a se interrogar sobre seu próprio discurso.

2. A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE: INDIGÊNCIA DO TERMO, INSISTÊNCIA DA PALAVRA

Que não nos atribuam aquilo que não dissemos: em Benveniste, *enunciação* não é ainda um termo. Não se herda alguma coisa sem lhe modificar profundamente a natureza. Além disso, pode-se considerar que, em Benveniste, a *enunciação* é um termo em devir. E esse é um ponto de partida cujo alcance é preciso compreender bem. Podemos, todavia, avançar a passos largos, graças ao trabalho de investigação e de síntese efetuado por Aya Ono: não que ela seja a primeira a se debruçar sobre a *enunciação* na obra de Benveniste, mas precisamente porque ela poderia se apresentar como sendo a última, de tão acabado que seu trabalho parece ser. Buscamos, por nossa vez, identificar o que pode servir como ponto de partida a uma investigação sobre o imaginário terminológico da *enunciação*, a partir de Benveniste e além dele.

A *enunciação* não aparece em um grande número de ocorrências – em torno de trinta, fora de “O aparelho formal da *enunciação*”. Se considerarmos que um termo não tem outra função além de existir e se impor, o pequeno número de ocorrências, em textos que se distribuem em vinte cinco anos, não seria suficiente para constituir o termo *enunciação* como tal. Além disso, a *enunciação* não é identificada por nenhum elemento de estabilização. A saber, ela não recebe definição, nem marcas de destaque. No entanto, esses procedimentos não são estranhos a Benveniste. Por exemplo, em “Formas novas da composição nominal”, ele coloca em evidência o termo *sinapse*. Esse não é um neologismo (a palavra é empregada em fisiologia desde o fim do século XIX), mas Benveniste atribui a ele uma acepção

linguística através de propriedades definitórias, de exemplos, e articula sua distinção com um termo vizinho existente (o composto).

Dois fatos textuais colocados em evidência por Ono vêm em particular entrar a constituição terminológica da enunciação em Benveniste. De um lado, ao longo de toda a sua obra, Benveniste faz dois empregos de *enunciação*: um emprego descritivo e um teórico. Somente o emprego teórico pode conduzir a uma constituição terminológica. No emprego descritivo de *enunciação*, Benveniste apoia-se sobre seu valor em língua (a enunciação como pronúncia oral de uma oração ou de uma fórmula litúrgica em uma cena pública). Esse emprego aparece, ainda, em 1969, no *Vocabulário das Instituições Indo-Europeias*⁸. Sem dúvida, a intenção dos textos permite circunscrevê-lo (no caso, são textos de gramática comparada). Isso não impede que a concomitância de dois empregos de *enunciação* seja um obstáculo a uma criação *ex nihilo*, tanto do ponto de vista da forma como da significação. É necessário notar, por outro lado, que a enunciação encontra um certo número de parassinônimos, ou ao menos equivalências, no pensamento de Benveniste. Ono mostra vários, cuja discrepância coloca dificuldades teóricas: com frase, com enunciado performativo, com instância de discurso. A parassinonímia, em particular uma parassinonímia fluida e flutuante, como aquela na qual a enunciação mergulhou ao longo dos escritos de Benveniste, não vai no sentido da constituição terminológica. Seria necessário determinar em que medida tais procedimentos se encontram frequentemente em Benveniste. Nosso sentimento é que os parassinônimos não são raros na obra de Benveniste e podem marcar investimentos teóricos consideráveis. Por exemplo, o estudo genético empreendido por Irène Fenoglio⁹ sobre os manuscritos aponta claramente substituições de *discours* (*discurso*) no lugar de *parole* (*fala*). Guillaume Paugam, por sua vez, debruça-se sobre os usos do termo *subjectivité*, para evidenciar uma confusão dos níveis de análise em Benveniste, que flutua entre uma análise linguística do discurso, uma análise filosófica da língua e uma análise transcendental da linguagem¹⁰.

De qualquer forma, a própria coexistência de dois empregos para *enunciação* mereceria um exame sobre o qual Aya Ono passa, a nosso ver, muito rapidamente.

⁸ Émile Benveniste, *Vocabulário das Instituições Europeias*.

⁹ Irène Fenoglio. Conceptualisation et textualisation: le manuscrit de l'article "Le langage et l'expérience humaine" d'Émile Benveniste. Une contribution à la génétique de l'écriture en sciences humaines, *Modèles linguistiques*, Tome XXX, vol. 59, 2009.

¹⁰ Guillaume Paugam. Benveniste, le "je" et la langue. Des déictiques et de la subjectivité, *Texto !*, XIII, 3, [juillet 2008], www.revue-texto.net/index.php?id=1622.

Como a conceber, de fato? Trata-se de uma forma de generalização? Ono levanta uma dificuldade para essa hipótese. É que, em seu emprego teórico, a enunciação é o lugar da subjetividade na linguagem: nesta ela é fundada como unicidade. Em oposição, as fórmulas encantatórias e as rezas são os enunciados repetidos. Ono procurou solucionar essa dificuldade:

Para Benveniste, como para Saussure, a linguística geral é fundada sobre o método comparativo. O mesmo vale para a pesquisa sobre a enunciação. Adquirida a partir da análise das línguas e das sociedades indo-européias, a concepção da enunciação como ato de enunciar uma fórmula desempenha um papel fundador. Ainda que as duas definições – inicial e terminal [i.e. descritiva e teórica] – possam parecer contraditórias, há uma ligação entre elas: é que a enunciação como “formulação”, “proferição”, “emissão” é o ponto de partida da elaboração de uma outra enunciação individual, única, original, inscrição do sujeito falante na língua e na linguagem. Em 1970, o aspecto impessoal da enunciação não é visível, camuflado pelo aspecto pessoal da enunciação, colocado exclusivamente em primeiro plano, e a comunhão fática, aspecto impessoal, coletivo, repetitivo da enunciação, constitui a face escondida, ainda que essencial. (Ono, 2007, p.107)

Essa interpretação, que nos parece corretamente argumentada, não nos interessa em um primeiro plano. Mas o que queremos salientar é o horizonte de expectativa de tal interpretação. Em primeiro lugar, trata-se de uma interpretação genética: de duas concepções, ela supõe que uma seja a “inicial” e sirva de “ponto de partida”; a outra, “terminal”, mesmo que os empregos sejam concomitantes e se encontrem por vezes em um único artigo, assim como a analista bem o destacou. Tal suposição não se justifica, no entanto, a não ser que a enunciação seja desde já tomada dentro de uma historicidade terminológica. Além disso, a contradição destacada entre as duas concepções é mantida na segunda, com uma face aparente e uma face escondida (mas essencial, conforme nos é informado). Aí também essa interpretação somente se justifica se, para além do conceito, algo devesse se manter de um período já ultrapassado. O destino terminológico, associando o termo ao conceito, que seria, portanto, uma forma de ilusão retrospectiva, orienta inteiramente a interpretação dada por Ono. De uma maneira distinta, mas comparável, a interpretação que Paugam faz das confusões terminológicas sobre a subjetividade é totalmente orientada por um gesto de refutação teórica da proposta de Benveniste¹¹.

¹¹ Da mesma forma, Antoine Culioli pode denunciar a “proliferação de designações”, os “deslizamentos descontrolados” e as “curiosas derivas” no discurso de Benveniste (Antoine Culioli, « Théorie du langage et théorie des langues », in Guy Serbat, Jean Taillardat & Gilbert Lazard (dir), *É. Benveniste aujourd'hui : actes du colloque international du C.N.R.S.*, Université François Rabelais, Tours, 28-30 septembre 1983, Louvain, Paris, Éditions Peeters, 1984), sem que essa crítica explique a razão de ser discursiva desses erros aparentes. Ver novamente Henri Meschonnic, que comenta a crítica de Culioli e

Ora, nenhuma das duas ramificações dessa alternativa (ilusão retrospectiva *us* refutação teórica) nos parece fazer justiça ao verdadeiro funcionamento terminológico da enunciação (ou da subjetividade); na verdade, essas análises participam, elas mesmas, do destino do termo, como o veremos na sequência de nossa proposta.

Bem raros são os continuadores que salientaram dois empregos da enunciação em Benveniste. As dificuldades conceituais parecem inerentes ao próprio conceito, ou imputadas à elaboração que propõe Benveniste. Em todos os casos, a constituição terminológica é considerada adquirida.

Existe outro fato textual a destacar no *corpus* benvenistiano que mostra a que ponto os linguistas fazem um uso terminológico de *enunciação* frequentemente muito diferente do uso feito por Benveniste. Em Benveniste, *enunciação* não encontra um posicionamento claro diante de um termo já estabelecido, ao passo que outras palavras são pensadas mais nitidamente em sua complementaridade. É o caso, certamente, de *semântico/semiótico*. É possível dizer que a distribuição conceitual funda a capacidade terminológica desses termos, pois, de resto, sua definição permanece delicada. É também o caso da distinção de *história* e *discurso* ou mesmo daquela entre *língua* e *discurso*. Para a enunciação, em contrapartida, a elaboração conceitual não passa por uma retórica da distinção ou da oposição. Ora, está claro que a maior parte dos (outros) linguistas da enunciação agiu de maneira totalmente diferente. Para eles, preocupados como são com a delimitação disciplinar, a oposição de *enunciação* a um outro termo torna-se uma aposta maior. Infelizmente para eles, os termos imediatamente disponíveis não são candidatos legítimos, do ponto de vista de Benveniste. Em particular, a enunciação não se opõe ao enunciado¹².

Essas breves considerações sobre os usos de *enunciação* em Benveniste mostram a que ponto os usos terminológicos que serão feitos ulteriormente, mesmo que a partir de sua herança, se distinguem. Nossa hipótese de trabalho é a de que essa discrepância atualiza um imaginário terminológico associado à herança e aos usos da enunciação e distingue, de direito e de fato, modificações conceituais que são exercidas sobre essa mesma enunciação. Trata-se de dar conta de um percurso que entoa, até os nossos dias, o sucesso, as funções, e depois o declínio do termo

de alguns outros que falam de uma “crítica de distorção” (Henri Meschonnic, « Seul comme Benveniste ou comment la critique manque de style », *op. cit.*, p. 37).

¹² Ver especialmente o artigo de Jean Dubois intitulado “Enunciado e enunciação”, que desde 1969 inscreve a enunciação em uma rede de oposições bem contrastadas.

enunciação, esclarecendo essas fases, não a partir de um ponto de vista teórico, ou retrospectivo, mas estritamente terminológico.

3. O TERMO E SEU IMAGINÁRIO: DA PALAVRA AO VOCÁBULO-FETICHE

É mais uma vez de Benveniste que poderemos tomar emprestado os instrumentos para uma tal abordagem. No artigo sobre a gênese do termo “científico”, Benveniste comenta que *scientificus* se impõe no lugar de *scientialis*, que, no entanto, poderia melhor preencher a função de adjetivo (ver n. 8), designando o que é relativo à ciência. Todavia, ele pouco se interroga sobre a que se deve esse sucesso usurpado de *scientificus*. Simplesmente ele observa, nas últimas frases do artigo, que “somente *scientificus* se generalizou, seja por razões doutrinárias, seja por causa de sua grande expressividade” (Benveniste, 1974, p. 253). Gostaríamos muito de ter mais certeza sobre esse assunto. A primeira hipótese, a de “razões doutrinárias”, fundamenta-se na finalidade disciplinar de termos, e de apostas que eles representam para coletividades. Como encontrar, nos documentos, os traços ou índices que permitem identificar apostas relacionadas mais a um termo do que a outro? Eis uma questão, a qual gostaríamos de fazer progredir. A segunda hipótese, que diz respeito à “maior expressividade”, demandaria, primeiramente, uma justificativa semântica. Em que aspecto “que produz a ciência” (tradução de *scientificus*, seguindo a etimologia [*scientia-facere*] proposta por Benveniste, conforme também Boèce) é mais expressivo que “próprio à ciência” (*scientialis*, para o mesmo Boèce)? A menos que se tratasse de uma expressividade puramente fônica, de um apelo intrínseco do significante, por ressoar indiscutivelmente como outros diferentes lexemas do vocabulário técnico latino, calcados sobre os derivados gregos em -ικός¹³ (lit. “que é relativo a”; etimologicamente não aparentados, nem é preciso dizê-lo)? Consideremos, entre dezenas de exemplos, *grammaticus* (adj. “que diz respeito à gramática” e subst. “gramático”), *mathematicus* (adj. “que tem relação com

¹³ Ver sobre esse ponto Louis Basset (« La dérivation adjectivale dans la terminologie grammaticale gréco-latine », in L. Basset, Fr. Biville, B. Colombat, P. Swiggers & A. Wouters (dir.), *Bilinguisme et terminologie grammaticale gréco-latine*, Louvain, Peeters,), em particular p. 65: “Os derivados de caráter técnico (...) Enquanto o grego usa do mesmo sufixo *ικός* nos dois casos, o latim distingue cuidadosamente o derivado “deverbativo” do derivado “denominal” ao recorrer a sufixos diferentes. Fora do quadro da transcrição fonética, o que poderia reativar um sufixo *-icus* (*grammaticus* = le dérivé “déverbatif” du dérivé “dénominal”). Fora do quadro de transcrição fonética, o que pode reativar um sufixo latino *-icus* (*grammaticus* = *γραμματικός*) e alguns outros casos particulares, o latim opõe habitualmente um sufixo “deverbativo” *-iuus*, a um sufixo “denominal” *-alis/arís*”. Ver igualmente Benveniste, “Fundamentos sintáticos da composição nominal” (Émile Benveniste, *Problemas de Linguística Geral*, Tomo 2, *op. cit.*, p. 145-162).

a matemática” e subst. “matemático”), *physicus* (adj. “que diz respeito às ciências naturais” e subst. “naturalista”). Em todos os casos, a hipótese de uma incidência de expressividade deixa a porta aberta a considerações retóricas sobre termos que supostamente devam adquirir valor somente por suas “conceitualizações” (Benveniste) ou, no mínimo, por suas “formações teóricas” (Ono, a propósito do termo *enunciação*).

Para distinguir claramente as funções terminológicas, ligadas à finalidade disciplinar ou à expressividade de um termo, funções conceituais que esse mesmo termo pode também veicular simultaneamente, propomos discutir o imaginário de um termo. Esse imaginário engloba, *a priori*, sob benefício de um inventário mais racionalizado, tudo o que, paralelamente ao seu uso teórico, tem traços de valores conotativos ou retóricos (argumentativos, estéticos, éticos, sociológicos) que podem ajudar na sua emergência e no seu reconhecimento e que, finalmente, também contribuem para o seu declínio e rejeição. Empregamos a palavra *imaginário* não sem uma certa ressonância com o vocabulário lacaniano. O que nos interessa aqui, de fato, é a potência de um Significante: potência interna que pode revelar uma motivação icônica (o elo de semelhança fônica que ele mantém com seu referente¹⁴), uma pesquisa etimológica (nisso compreendida a etimologia popular), genética (sobre a “linhagem” terminológica à qual ele pertence), morfossintática (sobre a derivação, construções e colocações lexicais que ele permite), etc.; potência igualmente externa, de acordo com os círculos de notoriedade e de difusão aos quais ele tem acesso. Certamente, o Significante não é o rei, entretanto. É evidente que o termo permanece tributário de uma conceitualização e que seu significado conserva uma pregnância primeira. Ainda é preciso ressaltar que, ao fazermos do termo um composto de potências (e não signo, cujo significante seria a parte estabilizada pelo arbitrário), pretendemos afastar nossa abordagem de formas de racionalização de tipo lógico-filosófico¹⁵. Assim, em vez de pensar segundo uma genealogia de conceitos, propomos, por conseguinte, pensar uma genealogia retórica de termos. Não obstante o fato de que a genealogia retórica não dê a última palavra sobre o destino de um termo, ainda assim é uma abordagem subestimada, a nosso ver.

¹⁴ Os casos incontestáveis de onomatopéia na terminologia científica são sem dúvida extremamente raros. Entretanto, o sucesso de um termo como *acupuncture*, por exemplo, não nos parece inteiramente estranho a essa ordem de fenômenos de linguagem.

¹⁵ Tal como aquela, por exemplo, proposta por Deleuze e Guattari em *Qu'est-ce que la philosophie ?* (Paris, Éditions de Minuit, 1991). Ao distinguir, nessa obra, entre “conceitos”, de que a filosofia poderia ser o apanágio, e “funções”, concedidas aos discursos científicos, Deleuze e Guattari criam, a nosso ver, o impasse sobre a natureza semiótica de produções intelectuais e artísticas.

Se retornamos ao caso notável da enunciação, o que dizer de seu imaginário?

Em um primeiro momento, esse imaginário não parece possível a não ser que a palavra, pura forma disponível da língua, seja ativada como termo, isto é, que a palavra seja considerada em sua “expressividade”, como mencionou Benveniste. Essa primeira transformação, somente a leitura etimológica alcança. No caso que tratamos, parece-nos que Benveniste trabalhou suficientemente sobre a etimologia e sobre seu impacto sobre a cultura científica, para que possamos legitimamente emitir a hipótese de que a etimologia da enunciação tenha podido desempenhar um papel não negligenciável, senão diretamente no processo de conceitualização em ação, o qual testemunham os escritos de Benveniste, ao menos na rede de conexões semânticas que o termo autoriza e na articulação dessas conexões ao projeto científico em si. De fato, é no mínimo surpreendente observar a que ponto as múltiplas dimensões etimológicas da palavra enunciação são correlacionadas com os grandes eixos da reflexão benvenistiana sobre a matéria. Além disso, essas últimas, precisamente porque são tematizadas por Benveniste nos seus textos, abrem caminho em direção a um destino terminológico e parecem até mesmo motivar certas conceitualizações posteriores do termo *enunciação*. Essa palavra, como puro significante, engloba potencialmente ao menos três dimensões essenciais: *ex-*, *nuntius* e, por fim, o deverbal *-tio*. Há assim, primeiramente, a dimensão de mensageiro, correio e mensagem (*nuntius*, *ii*): vê-se despontar aqui tudo o que tem marca do locutor em situação discursiva, centro dêitico entregando uma mensagem no contexto dado; mas esse eixo etimológico remete igualmente, de maneira muito evidente, a uma forma de delegação, isto é, ao locutor, quando ele envia uma mensagem que não é necessariamente a sua. As noções de “ponto de vista” e de “tomada de responsabilidade” (o “alocentrismo”, de Damourette e Pichon) não são mais tão distantes, então. Em segundo lugar, no significante /enunciação/ há um prefixo *e(x)* que orienta para uma forma de exteriorização e de expressão: a instituição do sujeito que se manifesta, se exprime, pelo uso da língua, certamente, mas também (e talvez sobretudo) a implantação do alocutário pela comunicação com o exterior, pela ativação da língua na interação do discurso que é a enunciação. Enfim, é o sufixo deverbal *-tio* que permite derivar um substantivo que se refere ao processo (virtual) de *enunciare*, processo que implica um agente num ato; ato de enunciação, seguramente, mas também ato de linguagem.

Consideramos que é precisamente essa forma de adequação entre as leituras etimológicas possíveis da palavra *enunciação* e o processo abundante de conceitualização em Benveniste que autoriza a identificar o que pode, *a posteriori*, ser identificado como um gesto terminológico fundador. Falamos de gesto, porque não se trata “simplesmente” de estabelecer, por definição, a equivalência entre uma palavra e um conceito (isto é, reduzir o termo a um instrumento para o pensamento). De fato, observa-se aqui – provavelmente mais do que em ilustres predecessores (como Bally, por exemplo) – uma abertura do espaço do possível e uma ativação do imaginário do termo pelo próprio movimento de sua escrita.

Evidentemente, haverá argumentação de que, para os analistas e para os que retomaram atualmente a *enunciação*, a cultura latina tem um papel menor – ainda que nós não prejudiquemos sua reação potencial. Mas sem dúvida há outras motivações terminológicas para se valer do significante /*enunciação*/, em suma, outros fragmentos de imaginário que participam do sucesso do termo. Se nos é permitido empregar uma imagem, diríamos que o termo *enunciação* é como uma pilha carregada e pronta para o uso. Mas é exatamente esse emprego que define a pilha, da mesma maneira que é o uso do termo como tal, e não a carga etimológica, que o especifica.

Repitamos, o termo pode, certamente, conhecer o destino tradicional de um termo-instrumento, isto é, estar estritamente associado a um conceito e bloquear todo e qualquer outro uso – a título de exemplo, podemos dizer que os termos da linguística hjelmsleviana se caracterizam por esse tipo de destino. Não é tanto o caso do termo *enunciação*. Uma vez que a palavra é ativada como termo pela leitura etimológica, seu significante continua a insistir, isto é, continua a resistir ao destino terminológico de um termo-instrumento, para se abrir a outras potencialidades. E, de fato, já em Benveniste, como vimos, a *enunciação* não se deixa reduzir a um simples designador; o termo floresce no trabalho do linguista como se ele sempre reencontrasse conceitualizações em curso, não necessariamente concluídas, não para balizar firmemente essas conceitualizações, mas antes para favorecer sua abertura a significações outras, além das conceituais. É esse trabalho etimológico particular que chamamos de funções imaginárias do termo.

Para prolongar aqui uma reflexão de Roland Barthes, seria possível dizer que a alternativa para uma atualização conceitual do termo e sua atualização como vocábulo, isto é, como “palavra-valor” que trabalha sua própria significação, “coloca o

desejo no texto” e se mostra “suficientemente delimitada, suficientemente brilhante, triunfante, para se fazer gostar, à maneira dos fetiches”¹⁶.

Compete precisamente ao mesmo Barthes ter dado ao termo *enunciação* esse potencial de brilho, essa aura – não mais conceitual, mas estética – que torna possível, por sua vez, ulteriores investimentos imaginários e até uma fetichização. Da mesma maneira que é na leitura etimológica que a palavra vira termo, é necessário ver que é na leitura “aurática” que o termo vira vocábulo (potencialmente fetiche). É a aura atribuída à enunciação que, de fato, dá sentido, a nosso ver, a essa frase de Roland Barthes:

A melhor tradução de *elocutio* talvez não seja elocução (restrita demais), mas enunciação, ou a rigor locução (atividade locutória)¹⁷.

Essa frase é extraída de “A antiga retórica”, que Barthes preparou durante o seminário ministrado em 1964-1965, mas que publicou somente em 1970. Ora, em um artigo publicado em 1963, sob o título “A filosofia analítica e a linguagem” (retomado em Benveniste, 1966, 267-276), Benveniste explora a enunciação sob seu aspecto de “ato de autoridade” e discute a teoria de atos de linguagem de Austin. A aproximação, na frase citada, de um termo salientado por Benveniste e de uma expressão própria de Austin torna plausível a ligação genética entre os dois textos. Acrescentamos que ao nome de Benveniste não faltava autoridade no círculo restrito, mas iniciado, de semiólogos (Jean-Claude Coquet, Julia Kristeva). O que foi publicado em 1970, então, não é uma remissão explícita a um pensamento teórico. É, ao mesmo tempo, mais e menos do que isso. Menos que isso, pois o termo *enunciação* é descarregado das características de sua conceitualização benvenistiana, a fim de ser recarregado com novas características, a saber, o caráter “amplo” de sua concepção – uma característica que os teóricos da enunciação não cessarão de retomar por conta própria. Mas, em um certo sentido, o empréstimo assinala alguma coisa a mais que um conceito, pois na sugestão que é feita de que a enunciação é a escolha certa para a tradução de um conceito antigo, isto é, na atualização, o que aparece é o caráter técnico da palavra. A aura do termo está aí, entre o poder de atualização de tudo que poderia se compreender com outras palavras e a autoridade técnica frente a seus concorrentes – assume-se que o termo é a melhor palavra

¹⁶ Roland Barthes. Les sorties du texte. [1984], *Le Bruissement de la langue. Essais critiques IV*, Paris, Éditions du Seuil, 1984, p. 282-283.

¹⁷ Roland Barthes. L'ancienne rhétorique: aide-mémoire. [1970], in *Communications*, n°16, *Recherches rhétoriques*, Paris, Éditions du Seuil, Collection « Points-essais », 1994, p. 324.

disponível. A aura libera o funcionamento imaginário do termo e permite, por consequência, a fetichização progressiva.

Pretendemos, aqui, oferecer, de maneira racional, um repertório de algumas das funções imaginárias da enunciação, assinalando, a cada vez, ao menos um emprego que atualiza essa função¹⁸.

Como já evocamos na introdução, a enunciação apresenta uma função histórica que é a de autorizar tanto a prospecção quanto a retrospecção. Já em Benveniste, a enunciação se fantasia como uma “ultrapassagem”, nessas linhas conclusivas de “Semiologia da língua”:

(...) em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana de signo como princípio único, do qual dependeria ao mesmo tempo a estrutura e o funcionamento da língua. Essa ultrapassagem se fará por duas vias: – na análise intra-linguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que chamaremos semântica, doravante distinta da que é ligada ao signo, e que será semiótica; – na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metasemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. (Benveniste, 1974).

Na sequência, numerosos serão os analistas que utilizarão o termo para balizar a evolução do pensamento linguístico no século XX, associando-o à metáfora da “virada”¹⁹ ou utilizando-a para identificar “precursores”²⁰.

Mas a principal função imaginária da enunciação é, sem dúvida, a função disciplinar, isto é, aquela pela qual o termo, que se tornou vocábulo, remete (e faz existir, por essa remissão em si) a uma comunidade de pesquisadores, situada no campo dos saberes e caracterizada por diversas práticas de conhecimento. A função disciplinar é, assim, por um lado, gnosiológica (isto é, relativa à organização dos saberes) e, por outro lado, praxeológica.

Gnosiológica, a enunciação o é, inicialmente, pelo ato de fundação que ela realiza, por exemplo, nesse artigo de Todorov – e sabemos do papel maior que ele tem no processo de escrita de “O aparelho formal da enunciação” –, que explicita muito claramente uma balizagem do campo dos saberes linguísticos: “A descrição do aspecto indicial da linguagem constitui um outro capítulo nessa disciplina que toma a

¹⁸ Recusando-nos a especular sobre “causas” subjetivas, e considerando o imaginário como uma potência real, ainda que supondo a manifestação para que sua existência seja atestada, definimos as funções imaginárias como produtos semânticos manifestos. As funções imaginárias dependem de contextos tópicos; elas oferecem, portanto, a possibilidade de um repertório.

¹⁹ «Benveniste orientou-se em direção ao esclarecimento de uma enunciação que marcaria uma virada nas pesquisas linguísticas» (Jacob 1984, 37)],

²⁰ “[...] Charles Bally, que pode ser considerado como um dos principais precursores dessa abordagem enunciativa” (Kerbrat-Orecchioni, in *L'Énonciation. De la subjectivité dans le langage*, Paris, Éditions Armand Colin 1999, p. 12).

enunciação por objeto.” Ela é gnosiológica também pela apropriação de objetos e de fenômenos, antes sob a responsabilidade de outros setores disciplinares, sob outras denominações. É justamente a essa apropriação que Barthes procede no trecho já citado, em que, além do uso áurico que faz de *enunciação*, ele utiliza o termo para aí incluir a gama de fenômenos que a retórica arranjaria sob a etiqueta de *elocutio*. Da mesma maneira, Todorov estabelece também uma relação de equivalência entre os instrumentos de análise da retórica e o que recobre, a partir de então, a enunciação:

A enunciação está sempre presente, de uma maneira ou de outra, no interior do enunciado; as diferentes formas dessa presença, assim como os graus de sua intensidade, permitem fundar uma tipologia dos discursos. Entramos aqui no domínio da análise do discurso, ou da linguística textual, ou, se preferimos chamá-la por seu nome antigo, da retórica. Podemos levantar aqui várias oposições entre tipos de discursos (de enunciados), que são estabelecidos no decorrer de diversas análises retóricas e que se fundam todas sobre categorias da competência da enunciação (Todorov, 1970, p.8)

Um pouco mais longe, é no campo da gramática clássica que se aplica a função de apropriação disciplinar: “A dêixis é o nome que se dá nas gramáticas clássicas aos problemas ligados à enunciação”. Em todos os casos, vê-se bem que o termo é investido de uma potência taxionômica sobre os saberes linguísticos. Assim como permite a fundação e a apropriação, a enunciação permite também o contraste, função complementar às duas precedentes, em que ela designa as fronteiras exteriores do campo disciplinar considerado. É particularmente em relação à filosofia que a enunciação realiza esse contraste, como mostra, por exemplo, esse trecho de Meschonnic: “Por ter relacionado o sujeito, a enunciação, a linguagem e a língua, a posição teórica de Benveniste foi a única que, na linguística, dialogou com a filosofia (...) O sujeito é sua própria enunciação, sua historicidade, sua temporalidade.” A bem dizer, o contraste se exprime aqui sobretudo sob a forma de uma correlação (o que não é necessariamente o caso): ao designar a fronteira entre a linguística e a filosofia, a enunciação permite à primeira articular-se com os questionamentos da segunda. Daí decorre um ganho evidente de legitimidade simbólica, para uma disciplina que, reprimindo seu passado especulativo, refuta ser representada como uma simples caixa de ferramentas. A outra consequência dessa função correlativa é que ela carrega em si o anúncio do declínio do termo. Inscrito em uma série que o associa à “historicidade” e à “temporalidade”, conforme citação acima, o termo *enunciação* faz com que seu significado tenha acesso ao conjunto desses fenômenos que, tocando a própria essência da humanidade, surgem finalmente do inefável. Pois do fetiche ao tabu, a distância é tênue, como veremos.

Mas voltemos à função disciplinar da enunciação, para focar agora na sua vertente praxeológica. A enunciação não classifica somente saberes, ela prescreve práticas. O emprego do termo em posição de complemento de nomes “teoria” e “problemática” (ou “problemas”) indica que há alguma coisa para se teorizar ou problematizar quanto a isso, e que é a prática de conhecimento que é esperada. As combinações sintáticas nos designadores científicos revelam sempre uma parte do imaginário (social e cognitivo) que se projeta sobre a ciência e a faz existir como ciência sob esta ou aquela modalidade: porque se fala de teoria da relatividade, e não de problemática do nuclear? Trata-se sem dúvida de uma questão de atualidade midiática e política, mas a relação com o que há para conhecer se encontra necessariamente afetado. No caso da enunciação, ambos os empregos são atestados: Tzvetan Todorov (1970) fala de “problemas de enunciação” (é o título de seu artigo de 1970), em seguida, Catherine Kerbrat-Orechioni (1999) intitula o primeiro capítulo de sua obra de síntese “A problemática da enunciação”, enquanto Claude Hagège ou Oswald Ducrot são ligados ao designador “teoria”:

Benveniste edifica efetivamente uma teoria, mesmo que ela seja menos explícita do que seria desejável. De forma reveladora, a quinta parte de Problemas (p. 223-285), que reúne os seis artigos fundantes da teoria da enunciação, intitula-se “O homem na língua” (...).

O último capítulo (i.e. esboço de uma teoria polifônica da enunciação), em contrapartida, mesmo tendo como ponto de partida trabalhos anteriores, pode ser considerado como um texto “novo”. Tento apresentar a partir disso uma teoria geral da enunciação, que constitui o quadro no qual eu trabalho atualmente. (Ducrot, 1984)

Para nós, não se trata aqui de decidir em favor de uma ou de outra dessas expressões, nem mesmo de procurar saber o que elas recobrem exatamente, mas de constatar que o termo *enunciação* ativa um imaginário relativo a práticas disciplinares particulares: a conceitualização com ambição explicativa ou o questionamento à visada hermenêutica. Salientemos, de passagem, que aqui há um paradoxo: depois de termos descartado o destino terminológico conceitual de nosso campo de investigação, eis que o mesmo retorna agora. O paradoxo não é senão aparente, entretanto: certamente, a enunciação pôde ser o objeto de numerosas definições muito rigorosas conceitualmente, mas é precisamente o desenvolvimento de um imaginário problematizante e teórico em torno do termo *enunciação* que, a nosso ver, condicionou o uso como conceito em uma (ou várias) terminologia(s) linguística(s). O destino que conduziu ao termo-instrumento pode então tomar

emprestada uma via mais complexa que aquela, imediata, que evita a leitura áurica depositada no fundamento de nossas diversas funções imaginárias.

Tanto teorizar como problematizar são, portanto, no que diz respeito à enunciação, os avatares de um imaginário do termo relativo às práticas disciplinares. A melhor prova de que essa potência teórica ou problematizante deriva de empregos do termo em si mesmo reside evidentemente na variedade de usos: um diz “teoria de”, o outro “problemática de”, um outro ainda dirá “domínio de”, ou “esquema geral de –”, ou “regras de –”, ativando por essa via o imaginário de uma prática de descrição metódica ou de recenseamento e classificação de fenômenos relacionados:

O campo da enunciação aumentou consideravelmente desde as reflexões programáticas de Benveniste e Jakobson no fim dos anos 50, e nos encontramos hoje diante um campo de pesquisas vasto e ativo, certamente, mas as diversas abordagens não são rigorosamente articuladas entre si.

[...] na enunciação, nem tudo surge do individual, do caótico... mas [...] uma boa parte pode ser descrita em termos de sistema [...] A partir de agora, opera-se uma distinção entre cada enunciação individual e o fenômeno, o esquema geral da enunciação, invariante através da multiplicidade de atos de enunciação. (Maingueneau, 1999, p. 7-10)

Nosso objeto será [...] constituído pelas regras da enunciação e os diferentes campos de sua aplicação. (Todorov, 1970, p. 3)

Quanto à ação de se colocarem no plural teorias de –, a que Maingueneau recorreu igualmente na mesma obra, ela poderá ser analisada como uma conjunção de dois imaginários (teorizante e problematizante), fazendo da pluralidade de teorias o objeto mesmo da problemática. Será possível ler a pluralidade como ativadora da função histórica retrospectiva, ou como reforçadora da função gnosiológica, pois ela destaca a importância de um setor disciplinar que vê coabitar em seu seio várias teorias.

Ao avançarmos um passo em direção ao uso do termo como vocábulo-fetichado, reencontramos ocorrências nas quais as funções imaginárias não condensam mais uma disciplina, mas a sublimam. O ponto dessa sublimação corresponde ao reencontro do termo e o espírito de uma época que lhe permite encontrar um incidente inesperado, que o faz veículo de significações muito gerais, sobre o social, sobre o político, sobre o estético, e até mesmo sobre a essência da humanidade, como vimos anteriormente. A enunciação como fetichado abole a fronteira entre a disciplina e a vida verdadeira e tira seu poder de fascinação do que ela parece visar, qualquer que seja o alvo. Esse tipo de expansão depende, é claro, estreitamente da *doxa* de uma época e de uma sociedade. Não nos espantamos muito com o fato de que, nos anos

próximos a maio de 68 e no seio do meio universitário parisiense, a função sublimadora da enunciação fosse legível no campo político.

O artigo de Jean Dubois²¹ nos parece particularmente claro nesse aspecto. O autor inscreve o termo, de início, em uma rede de oposições entre “texto realizado” e “ato de produção do texto”, entre “estrutura” e “processo”, entre “discreto” e “contínuo”. Ele ativa também o que poderíamos chamar de uma função dialética do termo: criador de um contraste, para não dizer de um conflito, o autor opera sua ultrapassagem. Esse esquema de raciocínio, em si mesmo já conotado ideologicamente, desemboca em uma concepção da enunciação como possibilidade de “reintroduzir a criatividade do sujeito falante”²², face às “regras” cegas da estrutura, como espaço de liberdade e de decisão que lhe retorna na atividade linguageira.

O processo de enunciação definido como uma relação do sujeito com seu enunciado integra-se também a uma teoria que não faz de certos elementos somente os meios privilegiados de subjetividade. A intervenção do sujeito não está na única interpretação semântica da frase inicial, o sujeito está também em cada uma das transformações facultativas, pois sua decisão se manifesta a cada momento, a escolha exercendo-se sobre as potencialidades oferecidas²³.

O emprego do termo *apropriação*, associado a *enunciação*, contribui igualmente para nutrir esse imaginário político. Sem dúvida, é Barthes mais uma vez quem melhor destaca essa sublimação do linguístico em direção ao político:

A enunciação não é o enunciado, certamente: e ela também não é (proposição mais sutil e mais revolucionária) a simples presença da subjetividade no discurso; ela é o ato, renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua (apropria-se dela, diz justamente Benveniste) [...] (Barthes, 1984, p. 194-95).

A qualificação mais ou menos “revolucionária”, acrescentada à ação de “se apropriar”, que distingue a enunciação, remete inevitavelmente a um imaginário da luta política e faz do termo *enunciação* uma das palavras-chave culturais que polarizam, desde então, o campo ideológico francês. Observamos que é de novo por meio de uma leitura áurica que Barthes ativa esse potencial terminológico: o “diz justamente” é o equivalente de “a melhor tradução” na citação acima. A modalização do discurso indireto conta tanto quanto o discurso em si mesmo e sua fonte, aqui

²¹ Voir Jean Dubois. Énoncé et énonciation, in *Langages*, n°13, 1969.

²² *Ibid.*, p. 103.

²³ *Ibid.*, p. 103.

especificada. Pois pouco importa saber se Benveniste emprega realmente o verbo *apropriar-se*, o essencial é que Barthes impõe essa expressão como justa, isto é, como adequada ao que a enunciação pode dar a compreender sobre relações entre o indivíduo e as estruturas sociais.

Essa relação terminológica entre *enunciação* e *apropriação* será retomada dois decênios mais tarde por Dominique Maingueneau, mas dessa vez de modo negativo: “A enunciação não deve ser concebida como a apropriação por um indivíduo do sistema da língua. O sujeito somente acessa a enunciação através das múltiplas coerções dos gêneros de discurso”²⁴. Parece-nos plausível ler nessa ocorrência uma nova atualização da função sublimadora da enunciação, e ver na substituição de *apropriação* por *coerções*, que parecem enterrar o acesso do sujeito ao gozo enunciativo livre e inteiro, o avatar terminológico de um imaginário político singularmente desiludido. E não é produtivo determinar se as causas desse uso em Maingueneau devem ser realmente procuradas em um imaginário político; o essencial é ver que a enunciação é aqui discutida – talvez em um plano que o autor considera como sendo estritamente aquele da teoria linguística – porque o funcionamento de seu termo, de acordo com um imaginário extralinguístico, gerou uma definição (“a apropriação”) que parece contestável aos olhos do linguista. Dito de outra maneira, a função sublimadora pode refletir sobre os outros usos do termo e, especialmente, sobre o uso conceitual, que se define precisamente pela negação que ele opõe às funções imaginárias.

Se ela se situa facilmente no terreno político, a função sublimadora da enunciação se realiza também, a nosso ver, no terreno estético, onde ela serve para promover o inacabamento como motivo formal muito geral. Essa passagem do artigo de Dubois nos parece significativa a esse respeito:

[A desambiguação] faz parte do processo de enunciação: cada frase constitui uma ambiguidade estrutural, e a frase seguinte eleva essa ambiguidade ao criar uma nova [...]

Essa desambiguação contém nela mesma a noção essencial de não-acabamento, pois jamais uma mensagem encontra sua solução imediata, cada frase somente a encontra na seguinte (Dubois, 1969, p. 109-110)

Certo, o autor fala justamente de um encadeamento de mensagens linguísticas, mas fazendo equivaler *desambiguação*, *enunciação* e *não-acabamento*, ele faz com que sua terminologia ingresse em um terreno que ultrapassa de longe a análise da

²⁴ D Maingueneau, *Les termes clés de l'analyse du discours*, Paris, Éditions du Seuil, 1996, p. 36.

língua (ele não fala de uma “noção essencial?”), para aí colocar a verdade estética do inacabamento como dado primeiro do engendramento de formas significantes. Esse inacabamento se especifica, por sua vez, pelos termos “produção contínua” e “infinito”, que nutrem o imaginário estético da enunciação: “Identificada com o processo, ela [a enunciação em linguística estrutural] não pode dar conta do não-acabamento de textos, da produção contínua, do infinito dos enunciados”²⁵.

Enfim, no cúmulo de sua sublimação, a enunciação funciona quase magicamente como um termo que diria a verdade sobre toda uma civilização, sobre suas crenças, transcenderia as fronteiras entre seus campos sócio-discursivos para, por sua simples ocorrência, revelar seu impensado: “Nossa civilização ocidental recusa a ideia de que a linguagem seja uma ação [...] Ou a enunciação de uma frase constitui mesmo várias ações simultâneas, não uma só”²⁶.

Tocamos aí no ponto de transição derradeira da fetichização do termo que, de tanto estender suas funções imaginárias, termina produzindo a anulação recíproca: se a enunciação pode dizer tudo, ela é descreditada em cada uma de suas ocorrências particulares, ou, ainda, ela é inteiramente recoberta pelo imaginário que a qualifica e que exige a partir daí novos suportes terminológicos.

DECLÍNIO E SUBSTITUIÇÃO TERMINOLÓGICA

A rapidez com que o termo *enunciação* foi saturado pelas funções do imaginário (o que se pode indiretamente observar através da divisão cronológica das citações mobilizadas anteriormente) não teve por corolário um declínio terminológico simetricamente rápido: é que a aura é remanescente e os investimentos disciplinares têm sustentado longamente a potência do vocábulo que se tornou fetiche. Entretanto, hoje é plausível afirmar que um feixe de índices convergentes aponta para um declínio do termo na (e fora da) disciplina, ainda que em direção a uma substituição terminológica múltipla: a enunciação, como termo, atualmente, não é mais – e estamos de acordo sobre isso – o centro das preocupações.

As causas são, nem é preciso dizer, numerosas, mas parece que, no seu conjunto, podem ser conduzidas, em primeira instância, à dimensão disciplinar do imaginário do termo.

²⁵ Jean Dubois, « Énoncé et énonciation », *op. cit.*, p. 103.

²⁶ Tzvetan Todorov, « Problèmes de l'énonciation », *Langages*, n°17, 1970, p. 4-5.

No campo gnosiológico, inicialmente:

- O ato de fundação benvenistiana e o de apropriação subsequente do termo *enunciação* por seus sucessores, para serem superados, demandavam um apagamento da figura, a partir de então, histórica e patriarcal. Esse fato é particularmente sensível em Ducrot: “Enfim, a última seção estudada de textos consagrados à enunciação, especialmente o trabalho, que foi para mim decisivo, de Charles Bally”. Esse desejo de superação, atingindo a própria figura de Benveniste, tem por inelutável corolário a definição de domínios de pesquisas que se libertam do termo *enunciação* e, em consequência, do seu imaginário. Ducrot²⁷ define sua disciplina como “pragmática semântica” ou “pragmática linguística”: “Não se trata mais do que fazemos ao falar, mas do que a fala, a partir do enunciado em si, faz”.

- A enunciação, como campo disciplinar, é rapidamente pensada e definida, no seio da linguística, em termos de contraste e de oposição com as duas correntes, então dominantes, que constituem o estruturalismo, de um lado, e o gerativismo (em particular no domínio anglo-saxão) de outro. Como testemunho, para ilustrar, as asserções seguintes em que os excessos (p.ex. “demanda geral”) e críticas mordazes (“relegação”, “postulado”, “acordo implícito”) indexam claramente um objetivo disciplinar e evidenciam relações de forças: “uma demanda geral quanto à linguística da fala, grande esquecimento do estruturalismo pós-saussuriano, mas também da gramática gerativa, que a relega à performance”. O ponto de partida de Ducrot²⁸ é a contestação de um postulado que ele considera como “um acordo (geralmente implícito) de tudo o que chamamos atualmente “linguística moderna”, termo que recobre ao mesmo tempo o comparatismo, o estruturalismo e a gramática gerativa”; Maingueneau²⁹, por sua vez, sugere que “seremos imediatamente tentados a afirmar que durante muito tempo a linguística moderna, sob suas formas dominantes, conheceu quase que somente o enunciado como campo de investigação”. O estruturalismo e a gramática gerativa são, portanto, sempre (mais ou menos explicitamente) visados, e seus respectivos impasses metodológicos, destacados. Todavia, a reconfiguração progressiva das relações entre escolas linguísticas irremediavelmente conduziu a uma perda de oposição significativa para o emblema

²⁷ Oswald Ducrot, *Logique, structure, énonciation. Lectures sur le langage*, Paris, Éditions de Minuit, 1989, p. 9.

²⁸ Oswald Ducrot, *Le Dire et le Dit*, op. cit., p. 171.

²⁹ Dominique Mataigneau, *L'énonciation en linguistique française*, op. cit., p. 9.

que se tornou o vocábulo *enunciação*: sua potência simbólica disciplinar é correlativamente emudecida, à medida que as outras correntes não eram mais vistas como seus pontos de referência obrigatórios.

No domínio praxeológico, o imaginário problematizador e teorizante que circunscreveu o termo conduziu, definitivamente, à sua rejeição ao nível de epíteto – a sua *demotion*, diriam os linguistas anglófonos – e a sua substituição por outros termos, referindo-se especificamente a conceitos meronímicos do projeto da enunciação.

- A enunciação se fez atributiva por meio de mecanismos de substituição metafórica recorrentes, que resultam do estudo de dimensões particulares da enunciação sobre as quais, em função de suas respectivas preocupações, diferentes autores decidiam enfatizar. Comprovam essa afirmação, por exemplo, as “operações enunciativas” de Culioli ou as “estratégias enunciativas” de Rabatel³⁰. As operações e estratégias é que são, respectivamente, nesse caso, construídas como termos, com a dimensão enunciativa se contentando em qualificar o termo, como garantia de um percurso, tendo valor somente por sua dimensão imaginária disciplinar despojada de toda ambição terminológica ou teórica unificante (não falamos de “teorias enunciativas”?).

- As reflexões sobre o conteúdo conceitual do termo *enunciação* conduziram, além disso, à sua substituição por termos mais atômicos, meronímicos, analisando a enunciação como conceitos particulares e parcialmente independentes. Esses termos, mesmo sendo constitutivos da enunciação, não a caracterizam evidentemente em seu conjunto: é um arsenal de conceitos que o substituem, resultando do esforço de clarificação terminológica. Assim, os conceitos de “pontos de vista” (p. ex. Nolke³¹: “no nível linguístico, o interesse da abordagem polifônica reside no fato de que o locutor dispõe de uma larga gama de meios linguísticos para apresentar vários pontos de vista em um único e mesmo enunciado”)³², de “tomada de responsabilidade”, de “atitude proposicional” (p. ex. Nolke³³), de “enunciador” também vieram a eclipsar a enunciação como termo. Observamos, a título de exemplo, a ausência do termo

³⁰ Alain Rabatel, *Homo Narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit*, Limoges, Lambert-Lucas, 2009.

³¹ Henning Nølke, *Linguistique modulaire : de la forme au sens*, Louvain, Éditions Peeters, 1994, p. 150.

³² Ver também Alain Rabatel, *Homo Narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit*, Limoges, Lambert-Lucas, 2009.

³³ Henning Nølke, *Linguistique modulaire: de la forme au sens*, op. cit., p. 46.

enunciação no index de *Homo narrans* de Rabatel, ao passo que aquele de “enunciador” ou de “apagamento enunciativo” são abundantemente utilizados.

Encontramos, através desses dois últimos pontos, um fenômeno já evocado anteriormente: a amplitude de fenômenos potencialmente subordinados ao termo *enunciação* é tal que sua mobilização na análise é potencialmente sistemática e ela se encontra suspeita em cada uma de suas ocorrências: o vocábulo-fetice torna-se, então, um tabu terminológico e científico. Consequentemente, em paralelo ao desenvolvimento de novos suportes terminológicos, começamos a observar um destino pós-terminológico para a *enunciação*, com o termo voltando a ser uma palavra empregada no sentido comum que lhe pertencia desde a latinidade. Nesse sentido, Nolke³⁴ nunca emprega o termo “*enunciação*” em um sentido não técnico que não o de “o ato de produzir um enunciado” por um emissor, com destino a um receptor.

O percurso pós-terminológico no campo linguístico – pois há certamente uma vida antes e após³⁵ o termo, vai ser acompanhado, por sua vez, por uma perda de aura nas outras esferas das ciências da linguagem. É assim que se observa que a *enunciação* é reabsorvida por seu substrato retórico. Observamos em particular o emprego que é feito dos termos *ethos* e *postura*:

As ciências contemporâneas da linguagem têm destacado uma noção do *ethos* situada nos limites do discurso e não concebem tradições oratórias senão as verbais: elas convocam, para tanto, Aristóteles. Nesse quadro, o *ethos* está ligado à noção de *enunciação* que Émile Benveniste define como o ato pelo qual um locutor mobiliza a língua, a faz funcionar por um ato de utilização. Resulta daí um interesse novo para as modalidades, segundo as quais a subjetividade se constrói na língua, e de forma mais geral para a inscrição do locutor em seu dizer. (...) A imagem de si é assim apreendida através de marcas verbais que a constroem e a propõem ao parceiro da interlocução. A linguística da *enunciação* fornece uma primeira ancoragem linguística à análise do *ethos* aristotélico³⁶.

Quem alcança o status de “autor” propõe a si mesmo uma imagem pública que se liberta em parte de suas coordenadas civis, como o ilustra a prática do pseudonimato. Tão frequente em todas as artes, o pseudônimo não é somente uma precaução contra a censura, ou um apelo à curiosidade pública, mas também um indicador de postura. Ele marca uma nova identidade enunciativa: no outono de

³⁴ *Ibid.*

³⁵ Ver Sumpf & Dubois : « La connotation implique [...] l'incidence dans le discours du sujet parlant comme producteur spécifique d'un énoncé » (Joseph Sumpf et Jean Dubois, « Problèmes de l'analyse du discours », *Langages*, 4/131969, p. 4-5).

³⁶ Ruth Amossy, *L'Argumentation dans le discours*, Paris, Éditions Armand Colin, 2000, p. 73-74.

1932, Louis Destouches torna-se Louis-Ferdinand Céline, na literatura. O pseudônimo faz do autor um enunciador singular, quase fictício, um personagem completamente à parte da cena de enunciação literária. (...) Na cena de enunciação da literatura, o autor não se apresenta e não se exprime a não ser munido de sua persona ou postura³⁷.

A tabuização, estratégia de evitamento e perda da aura, anda em conjunto com as desilusões crescentes quanto à função sublimadora. Faltava somente que a enunciação perdesse, então, a potência de seu significante (que a leitura etimológica tinha manifestado). Ou essa “impotência do significante” é, no mundo acadêmico contemporâneo, patente: a intraduzibilidade do termo em inglês é testemunho – observaremos sobre esse ponto particular as reflexões de Lyons³⁸ e o embaraço no qual ele mergulha para traduzir o termo “enunciação”, que ele glosa por “act or activity of utterance”. Sendo o empréstimo do termo impossível, a teorização e a problematização tornam-se difíceis fora do espaço francófono. Isso explica simultaneamente a fragmentação da questão da enunciação em diferentes subcampos (não menos ativos) no domínio anglo-saxão (atos de fala, teorias de modalidade, etc.) e a adoção de emblemas e vocábulos-fetiche mais diretamente transferíveis e decalcáveis, tal como o termo *subjetividade* (igualmente emprestado de Benveniste). Pode-se prever que as tendências atuais se ampliem cada vez mais até que as condições de produção do discurso científico permitam, talvez, um novo gesto forte de instituição terminológica em torno da enunciação.

CONCLUSÃO: BENVENISTE ENUNCIADOR

Entre os autores citados, Roland Barthes pontuou nosso percurso por duas intervenções auráticas singulares em torno do termo *enunciação* (uma no início, a outra no meio do repertório); parece-nos natural, portanto, acrescentar uma terceira ocorrência, que ativa também um funcionamento imaginário do termo, mas cuja potência atuou dessa vez sobre nossa própria abordagem:

Os dons intelectuais de um sábio (não o que é dado a ele, mas o que ele nos dá) estão relacionados, e disso estou persuadido, a uma força que não é

³⁷ Jérôme Meizoz, « Posture et biographie : Semmelweis de L.-F. Céline », in *CONTEXTES*, n°3, [jin 2008], contextes.revues.org/index2633.html.

³⁸ Lyons, « Subjectivity and Subjecthood », in Marina Yaguello (dir.), *Subjecthood and Subjectivity. The Status of the Subject in Linguistic Theory*, Paris, Éditions Ophrys, 1994, p. 10.

somente a do saber e a do rigor, mas também a da escrita, ou, para retomar uma palavra cuja acepção radical nós conhecemos agora, a da enunciação³⁹

Eis a última das funções imaginárias da enunciação, sem dúvida a mais essencial, pois a menos precíval: a função reflexiva. Nessa proposta sobre a enunciação em Benveniste, Barthes utiliza o termo para remeter à... enunciação em Benveniste. A enunciação possui esse poder singular, pois que cada ocorrência do termo faz imediatamente retorno sobre o próprio lugar, a cada vez único, de onde ela foi produzida. A função reflexiva motivou nossa investigação sobre os usos específicos do termo e sobre os imaginários que os nutrem, ou, dito de outra maneira, ela fez eco em nosso próprio imaginário. Essa abordagem é construída a partir de Benveniste, não tanto para perseguir as heranças ulteriores, mas porque essa fronteira inicial nos foi imposta como condição de possibilidade e de pertinência da própria investigação. Como Barthes o sugere nesse trecho⁴⁰, a herança de Benveniste se situa assim no ato de dispersão terminológica e de ativações imaginárias que realizou sua própria escrita. Em suma, para dar uma fórmula, Benveniste não seria hoje um linguista da enunciação, pois ele foi, em primeiro lugar, um linguista enunciador (e, talvez, em primeiro lugar, um enunciador, antes de ser um linguista). Se seu nome permanece hoje profundamente ligado a essa corrente disciplinar, é talvez também (ao menos, tanto quanto por razões estritamente conceituais) porque seu gesto teórico em torno dessa noção se confunde com um gesto enunciativo, aquele de uma indigência terminológica e de uma insistência do significante, aberto aos potenciais do investimento imaginário e a instâncias sempre renovadas e reconfigurantes. Esclarecido pela aura do próprio termo que o tornou célebre, Benveniste surge como aquele que fez do linguista um enunciador, isto é, que engajou irremediavelmente o pensamento linguístico em uma reflexão sobre os poderes de sua própria terminologia.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. *L'Argumentation dans le discours*. Paris, Éditions Armand Colin, 2000.

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique: aide-mémoire [1970]. in *Communications*, nº16. Recherches rhétoriques, Paris, Éditions du Seuil, Collection « Points-essais », 1994, p. 254-333.

³⁹ Roland Barthes, « Pourquoi j'aime Benveniste II », *op. cit.*, p. 195.

⁴⁰ E como o sugere, após ele, Meschonnic, que termina seu artigo sobre Benveniste com essas palavras reveladoras: « Le style. Le sien » (Henri Meschonnic, « Seul comme Benveniste ou comment la critique manque de style », *op. cit.*, p. 55).

___Les sorties du texte. *Le Bruissement de la langue. Essais critiques IV*, Paris, Éditions du Seuil, 1984, p. 281-283.

___ . Pourquoi j'aime Benveniste II. *Le Bruissement de la langue : Essais critiques IV*, Paris, Seuil, 1984, p. 194-196.

BASSET, Louis. La dérivation adjectivale dans la terminologie grammaticale gréco-latine. IN : L. Basset, Fr. Biville, B. Colombat, P. Swiggers & A. Wouters (dir.), *Bilinguisme et terminologie grammaticale gréco-latine*, Louvain, Peeters, 2007, p. 57-69.

BÉGUELIN, Marie-Josée, Berrendonner, Alain. Circulation des termes et dérive terminologique. IN : B. Colombat & M. Savelli (dir.), *Métalangages et terminologie linguistique : actes du colloque international de Grenoble* (Université Stendhal – Grenoble III, 14-16 mai 1998), Louvain, Éditions Peeters, 2001, p. 29-41.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*, Tome 1 & 2, Paris, 1966, 1974, Gallimard.

___ . *Le Vocabulaire des institutions indo-européennes*, Paris, Éditions de Minuit, 1969.

COLOMBAT, Bernard. Quels termes latins retenir comme entrées pour un Dictionnaire de la terminologie linguistique. IN : B. Colombat & M. Savelli (dir.), *Métalangages et terminologie linguistique : actes du colloque international de Grenoble* (Université Stendhal – Grenoble III, 14-16 mai 1998), Louvain, Éditions Peeters, 2001, p. 293-313.

CULIOLI, Antoine. Théorie du langage et théorie des langues. in G. Serbat, J. Taillardat & G. Lazard (éd.), *É. Benveniste aujourd'hui : actes du colloque international du C.N.R.S*, Université François Rabelais, Tours, 28-30 septembre 1983, Louvain – Paris, Éditions Peeters, 1984, p. 77-86.

___ . « Valeurs modales et opérations énonciatives », *Pour une linguistique de l'énonciation*, Tome 1, Paris, Éditions Ophrys, 2000, p. 135-155.

DELESALLE, Simone. Introduction: Histoire du mot énonciation. *Histoire Épistémologie Langage*, 8/2, 1986, p. 3-22.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *Qu'est-ce que la philosophie?*, Paris, Éditions de Minuit, 1991.

DUBOIS, Jean. Énoncé et énonciation. in *Langages*, n°13, 1969, p. 100-110.

DUCROT, Oswald. *Le Dire et le Dit*, Paris, Éditions de Minuit, 1984.

___ . *Logique, structure, énonciation. Lectures sur le langage*, Paris, Éditions de Minuit, 1989.

DUFAYE, Lionel et GOURNAY, Lucie, Argument au colloque Les théories de l'énonciation : Benveniste cinquante-ans après. 2011. En ligne: www.univ-paris-est.fr/fr/actualites/document-1203.html.

FENOGLIO, Irène. Conceptualisation et textualisation: le manuscrit de l'article "Le langage et l'expérience humaine" d'Émile Benveniste. Une contribution à la génétique de l'écriture en sciences humaines. *Modèles linguistiques*, t. XXX, vol. 59, 2009, p. 71-99.

___ . Déplier l'écriture pensante pour relire l'article publié. Les manuscrits de "L'appareil formel de l'énonciation. in E. Brunet & R. Mahrer (dir.), *Relire Benveniste. Réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale*, Louvain la Neuve, Éditions Academia (coll. « Sciences du langage. Carrefours et points de vue »), 2011, p. 261-302.

HAGÈGE, Claude. Benveniste et la linguistique de la parole. in G. Serbat, J. Taillardat & G. Lazard (dir.), *É. Benveniste aujourd'hui: actes du colloque international du C.N.R.S*, Université François Rabelais, Tours, 28-30 septembre 1983, Louvain – Paris, Éditions Peeters, 1984, p. 105-118.

JACOB, André, Émile Benveniste et la théorisation. I. Langue et discours (É. Benveniste et G. Guillaume). in G. Serbat, J. Taillardat & G. Lazard (éd.), *É. Benveniste aujourd'hui : actes du colloque international du C.N.R.S*, Université François Rabelais, Tours, 28-30 septembre 1983, Louvain – Paris, Peeters, 1984, p. 35-44.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Énonciation. De la subjectivité dans le langage*, 4e éd., Paris, Éditions Armand Colin, 1999.

LYONS, John. Subjectivity and Subjecthood. in Yaguello, Marine (dir.), *Subjecthood and Subjectivity. The Status of the Subject in Linguistic Theory*, Paris, Éditions Ophrys, 1994, p. 9-17.

MAINGUENEAU, Dominique. *Les termes clés de l'analyse du discours*, Paris, Éditions du Seuil, 1996.

___ . *L'énonciation en linguistique française*, 2e éd., Paris, Éditions Hachette, 1999.

MEIZOZ, Jérôme. Posture et biographie : Semmelweis de L.-F. Céline. *CONTEXTES*, n°3, juin 2008, contextes.revues.org/index2633.html.

MESCHONNIC, Henri. « Seul comme Benveniste ou comment la critique manque de style », *Langages*, n°29, 1995, p. 31-55.

NORMAND, Claudine. Les termes de l'énonciation de Benveniste. *Histoire Épistémologie Langage*, 8/2, 1986, p. 191-206.

NØLKE, Henning. *Linguistique modulaire : de la forme au sens*, Louvain, Éditions Peeters, 1994.

ONO, Aya. *La Notion d'énonciation chez Émile Benveniste*, Limoges, Éditions Lambert Lucas, 2007.

PAUGAM, Guillaume. Benveniste, le "je" et la langue. Des déictiques et de la subjectivité. *Texto !*, XIII, 3, juillet 2008, www.revue-texto.net/index.php?id=1622.

RABATEL, Alain. *Homo Narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit*, Limoges, Éditions Lambert-Lucas, 2009.

SUMPF, Joseph, Dubois, Jean. Problèmes de l'analyse du discours. *Langages*, 4/13, 1969, p. 3-7.

TODOROV, Tzvetan. Problèmes de l'énonciation. *Langages*, n°17, 1970, p. 3-11.